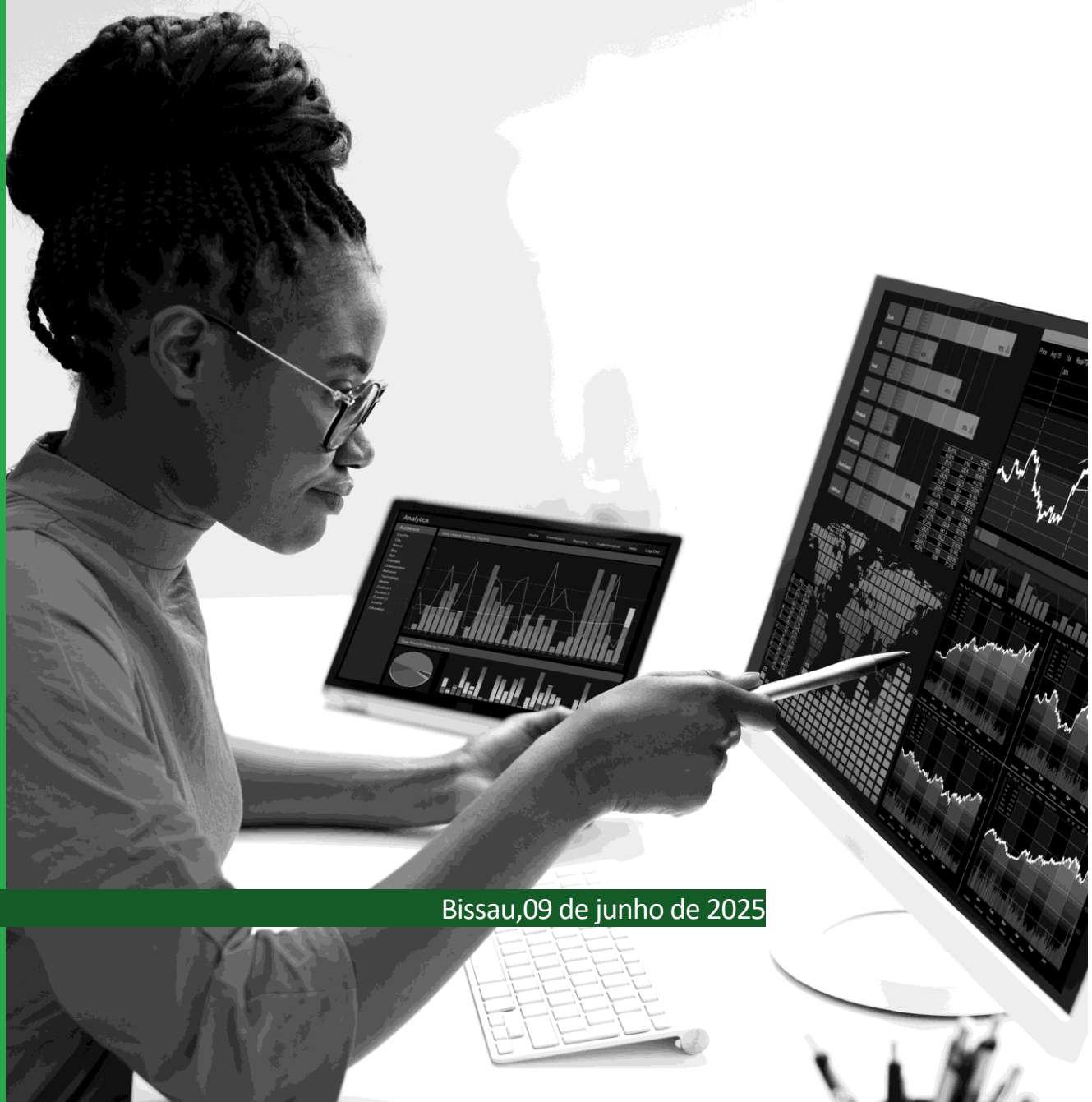
Ministério das Finanças

Direção-Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE)

RELATÓRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Janeiro a Dezembro de 2024



Bissau,09 de junho de 2025



1.1 Ministério das Finanças

Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos (DGPEE)

Site Web: www.mef.gw

2.1 RELATÓRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O presente relatório produzido pelo Ministério das Finanças, apresenta os dados estatísticos compilados e analisa a situação das finanças públicas da República da Guiné-Bissau de janeiro a Dezembro 2024.

O Pro PALOP-TL ISC (FASE II) é cofinanciado pela União Europeia

Este documento foi impresso com o financiamento do Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL
(Pro PALOP-TL – PTA 2025-2027).

O programa é financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD.

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia ou das Nações Unidas

PREFÁCIO

O ano 2024 ficou marcado por situações da guerra na Ucrânia e da guerra entre Israel e Palestina. Enquanto isso, Internamente, o país enfrentou vários desafios relacionados continuidade das consequências da pandemia de Covid-19, as dificuldades no escoamento da produção de castanha de caju, a realização das eleições legislativas em Junho de 2023 e as tensões politicas pós-eleitoral que culminou na dissolução do parlamento pelo presidente da república. Estes eventos que influenciaram na conjuntura económica nacional. Apesar disso, Contudo, os esforços para mitigar os impactos nas Finanças Públicas ajudaram a evitar grandes perdas em termos da arrecadação das receitas, embora não tenham alcançado as metas planeadas.

A situação actual do país demanda que as autoridades competentes implementem reformas abrangentes nas políticas públicas, com o objectivo de mitigar o impacto sobre a população, priorizar investimentos em áreas sociais, produtivas e nas infraestruturas rodoviárias, e aprimorar o desempenho geral na função pública.

As reformas nas Finanças Públicas, são destinadas a valorizar os funcionários públicos e aprimorar a prestação de serviços públicos de qualidade e com maior eficiência e eficácia. Essas reformas devem ser complementadas com as políticas económicas que fortaleçam a capacidade da governança para impulsionar o crescimento económico, redução da pobreza e garantir uma boa gestão macroeconómica sólida, promovendo assim, um desenvolvimento económico sustentável e duradouro.

RESUMO EXECUTIVO

O relatório tem como objetivo fornecer as informações sobre a execução dos agregados das finanças públicas durante o período de Janeiro a Dezembro de 2024. Durante esse período, a situação económica do país não tem sido favorável, o que exigiu os esforços para minimizar os impactos negativos sobre os agregados das finanças públicas, buscando reduzir as dificuldades encontradas na arrecadação das receitas.

As receitas totais tiveram um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2023. Doravante, as receitas correntes apresentaram uma diminuição de 1,5%, explicada pela redução verificada nas receitas tributárias e não tributárias que registaram quedas de 0,3% e 6,1%, respectivamente, enquanto as receitas provenientes de ajudas externas registraram um aumento significativo de 42,2%.

As despesas totais ao longo de 2024 aumentaram em 3,4%, em comparação com o mesmo período de 2023, impulsionado pelo aumento das despesas correntes em 14,3% enquanto que na despesa de capital houve uma diminuição em 8,6%.

O saldo global apresentou um défice de 109.219,7 milhões de FCFA em 2024 contra um défice de 103.812,1 milhões de FCFA em 2023; assim como o saldo primário, que registou um défice de 37.786,7 milhões de FCFA contra 16.055,0 milhões de FCFA em 2023.

O financiamento aumentou em 11,7% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento do financiamento interno em 27,6% apesar da diminuição do financiamento externo em 34,3%. Contribuindo no aumento do estoque da dívida pública em 13,5%, totalizando 1.144.188,1 milhões de FCFA em 2024, impulsionado pela dívida interna em 17,0%, assim como a dívida externa em 9,0%.

Em termo do PIB, o Saldo Orçamental Global em percentagem do PIB nominal situou-se em 8,3% em 2024 contra 10,1% em 2023.

Em relação aos critérios da convergência da União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA), a taxa de inflação média anual situou-se de 3,7% em 2024 contra 7,2% verificada em 2023, apresentando uma melhoria em termo da evolução dos preços no mercado.

No que concerne ao rácio da dívida pública efetiva em relação ao PIB nominal situou-se em 86,7% em 2024 contra 84,4% registado em 2023, apresentando assim um agravamento em termo do rácio da dívida pública efetiva em relação ao PIB nominal.

Relativamente a massa salarial em relação as receitas fiscais e taxa da pressão fiscal registaram 54,2% e 8,3% em 2024, respetivamente, contra 54,1% e 9,1% em 2023, respetivamente.

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as Estatísticas das Finanças Públicas referentes ao ano de 2024, fornecendo uma análise abrangente da evolução das receitas, despesas, financiamentos, serviço da dívida, estoque da dívida e critérios da convergência assumido pelo Estado da Guiné-Bissau no âmbito da integração regional.

O relatório está em conformidade com a Directiva da UEMOA nº01/2009/CM/UEMOA, relativa ao Código da Transparência e da Gestão das Finanças Públicas, nos países membros da UEMOA, e que foi devidamente transposta no ordenamento jurídico nacional, através das leis Nº 01/2015 e Nº 02/2015, ambas aprovadas pela Assembleia Nacional Popular (ANP). Consequentemente, os Estados Membros da União são obrigados a publicarem regularmente as informações financeiras sobre a Gestão das Finanças Públicas, conforme estipulado por esses documentos.

Por outro lado, procura descrever a situação das Finanças Públicas de maneira a oferecer uma visão abrangente sobre a execução do orçamento geral do Estado, destacando o nível de transparência na gestão dos recursos públicos, bem como fornecer aos decisores políticos uma visão sobre as políticas socioeconómicas necessárias para alcançar os objectivos do Governo em matéria das finanças públicas.

Igualmente, o relatório serve como um canal oficial e uma ferramenta crucial para uma análise quantitativa dos agregados económicos, facilitando uma avaliação minuciosa e a tomada de decisões apropriadas em questões socioeconómicas.

O relatório é estruturado em sete capítulos: (1) Receitas da Administração Central Orçamental, com uma análise por natureza; (2) Despesas da Administração Central e Orçamental, apresentando uma classificação económica e funcional; (3) Análise do Saldo Global e Ajustamento Base Caixa; (4) Financiamento, abordando tanto o financiamento interno quanto o externo; (5) Análise da Dívida, contemplando o estoque, os desembolsos e os pagamentos efetuados; (6) Indicadores de Pacto de Convergência; e, finalmente, (7) Conclusões, Recomendações e Perspectivas.

1. RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ORÇAMENTAL

Neste capítulo serão analisadas as receitas da administração central orçamental descrita por natureza económica e pela administração fiscal responsável pela sua cobrança.

O Quadro-1 apresenta as informações relativas a execução de 2023 (Exec.2023), programação de 2024 (Prog.2024), execução de 2024 (Exec.2024), variações homólogas (V.H.), taxa da execução (Tx.Exec.) e os agregados em relação ao PIB (PIBn **2023 e PIBn 2024)**.

Quadro 1: programação e execução das receitas orçamentais

PIBn 2023	Quadro das Receitas do ano 2024 (em milhões FCFA)						PIBn 2024
1 242 470	DESIGNAÇÃO	Exec 2023	Prog. 2024	Exec. 2024	V.H.	Tx Exec.	1 320 100
13,3	RECEITA TOTAL	164 771,9	219 400,0	173 109,5	5,1	78,9	13,1
11,3	Receitas Correntes	139 912,4	164 621,0	137 770,5	-1,5	83,7	10,4
8,8	Receitas Tributárias	109 556,7	125 911,0	109 259,2	-0,3	86,8	8,3
3,4	Impostos Diretos	42 114,1	46 735,0	38 102,1	-9,5	81,5	2,9
5,4	Impostos Indiretos	67 442,6	79 176,0	71 157,1	5,5	89,9	5,4
2,4	Receitas não Tributárias	30 355,7	38 710,0	28 511,3	-6,1	73,7	2,2
0,0	Dos quais:	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	Compensação financ. UE	0,0	10 232,9	0,0	0,0	0,0	0,0
0,6	Dividendo BCEAO	6 896,1	11 896,0	3 937,3	-42,9	0,0	0,3
2,0	Donativos	24 859,5	54 779,0	35 339,1	42,2	64,5	2,7
2,0	Ajuda ao Projeto	24 859,5	39 187,0	32 560,5	31,0	83,1	2,5
0,0	Apoio Orçamental	0,0	15 592,0	2 778,6	0,0	17,8	0,2

Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Ao longo do ano 2024, as receitas totais executadas atingiram um montante de 173.109,5 milhões de FCFA, representando uma variação positiva de 5,1% em comparação ao ano 2023, que registou 164.771,9 milhões de FCFA. O aumento verificado é explicado essencialmente pelo incremento nos donativos de 42,2% em 2024.

Apesar disso, as receitas correntes registaram uma ligeira diminuição de 1,5% no período em análise, explicada pela diminuição nas receitas tributárias e não tributárias em 0,3% e 6,1%, respectivamente. Em relação a taxa de execução das receitas correntes, tributárias e não tributárias, comparada a programação orçamental, situaram-se em 83,7%, 86,8% e 73,7%, respectivamente.

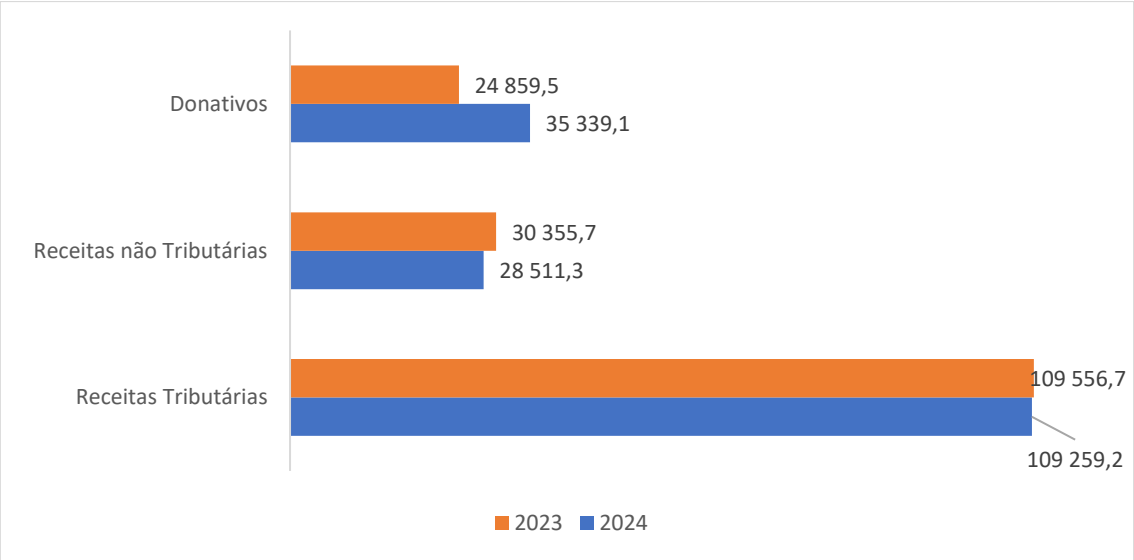
No que concerne ao total dos donativos mobilizados, houve um aumento de 42,2% no ano 2024, comparado ao mesmo período do ano 2023. Em termos absolutos, constatou-se um aumento de 10.479,6 milhões de FCFA, passando de 24.859,5 milhões de FCFA em 2023 para 35.339,1 milhões de FCFA em 2024.

Em relação ao PIB, as receitas correntes e os donativos, apresentaram em 2024, um rácio de 10,4% e 2,7%, respectivamente.

3.1 Análise por Natureza Económica das Receitas

Neste subcapítulo, são analisadas as receitas correntes provenientes das receitas tributárias e não tributárias, assim como mobilizações dos donativos, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Execução das Receitas Correntes e Donativos



Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

1.1.1 Receitas Correntes

Em 2024, as receitas correntes situaram-se em 137.770,5 milhões de FCFA, registando uma ligeira diminuição de 1,5% em relação a 2023. O gráfico acima ilustra que as receitas tributárias cobradas de janeiro a dezembro de 2024 atingiram 109.259,2 milhões de FCFA, registando uma diminuição de 0,3% em comparação com o mesmo período de 2023.

No período em análise, as receitas não tributárias diminuíram em 6,1%, em termo absoluto totalizando 28.511,3 milhões de FCFA em 2024. É importante salientar que, das receitas não tributárias, o montante de 12.135,2 milhões de FCFA são as receitas da compensação financeira da União Europeia (UE) do acordo das pescas assinado com o Governo da Guiné-Bissau e 3.937,3 milhões de FCFA são os dividendos provenientes do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

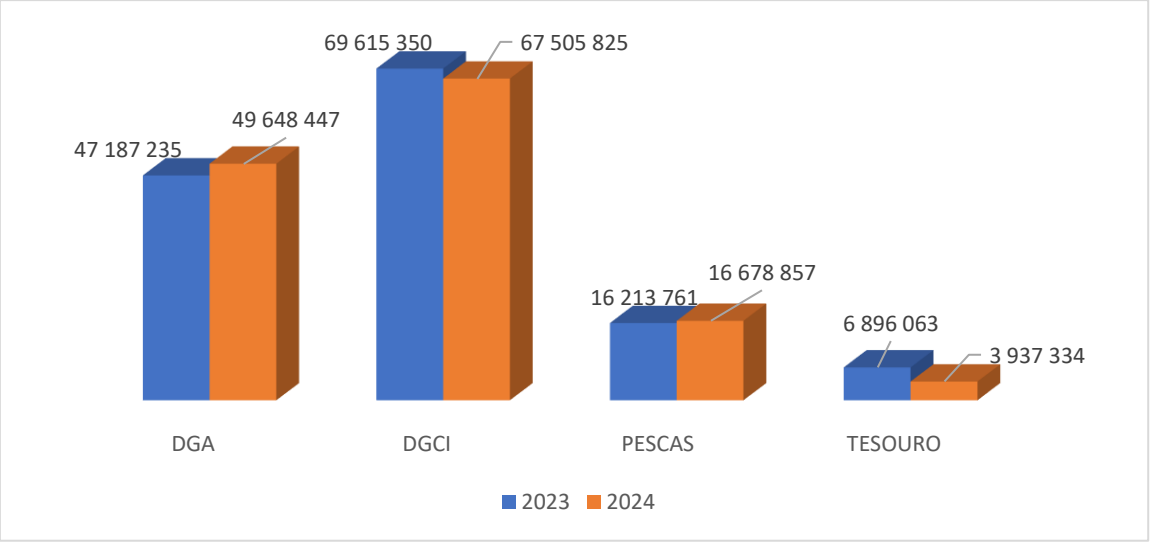
1.1.2 Donativos

Os donativos situaram-se em 35.339,1 milhões de FCFA, representando um aumento de 42,2% em relação ao período homólogo, justificada pela variação positiva no apoio aos projetos de desenvolvimento em 31,0% e pela entrada do valor absoluto do apoio orçamental de 2.778,6 milhões de FCFA em 2024.

1.2 Análise por Administração Fiscal e Outras

Neste subcapítulo, as administrações fiscais e outras, com função de cobranças das receitas públicas, são analisadas de forma agregada, conforme representados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Repartição das Receitas por Administração Fiscal e Outras



Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Em 2024, as receitas cobradas nas administrações fiscais, nomeadamente, Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), Direcção Geral das Alfândegas (DGA), Pescas e Tesouro, registaram uma diminuição em termo das receitas cobradas em comparação com o ano anterior. De forma agregada, essas administrações cobraram um total de 137.770,5 milhões de FCFA, representando 79,6% das receitas totais arrecadas.

As receitas da DGA registou um crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior, apesar do Governo nomeado no mês de Agosto de 2024 ter decidido através de um despacho conjunta baixar a base tributária de alguns produtos da primeira necessidade (Arroz, Açúcar, Combustíveis e Farinha trigo).

No sentido contrario, as receitas da DGCI diminui em 3,0% em relação ao mesmo período em análise, Esse decréscimo decorre do atraso na implementação de medidas de controlo na cobrança de receitas públicas.

Em relação as receitas provenientes do sector das pescas registaram um ligeiro aumento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, que em termos absolutos situou-se em 16.678,9 milhões de FCFA, sendo a maior parte desta receita proveniente da compensação financeira e apoio setorial da União Europeia.

No que diz respeito as receitas do tesouro, registou-se uma forte queda de 42,9%, comparado ao mesmo período do ano anterior, em termos absolutos situou-se em 3.937,3 milhões de FCFA.

2. DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ORÇAMENTAL

Neste capítulo, são analisadas as despesas da administração central orçamental, categorizadas por classificação económica e funcional das despesas, durante o período de Janeiro à Dezembro de 2024.

4.1 Análise por Classificação Económica

Neste subcapítulo, foram analisadas as despesas realizadas no período de Janeiro a Dezembro de 2024, de acordo com a natureza económica, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2: Execução das Despesas por Natureza Económica

PIBn 2023	Quadro de Despesas do ano 2024 (em milhões FCFA)						PIBn 2024
1 242 470	DESIGNAÇÃO	Exec 2023	Prog. 2024	Exec. 2024	V.H.	Tx Exec.	1 320 100
22,0	DESPESA TOTAL	273 408,9	267 018,0	282 667,0	3,4	105,9	21,4
14,9	Despesas Correntes	185 179,6	177 692,0	211 621,3	14,3	119,1	16,0
4,8	Despesas com Pessoal	59 230,0	61 000,0	59 272,1	0,1	97,2	4,5
2,0	Aquisição de Bens e Serviços	25 068,1	26 151,0	33 836,5	35,0	129,4	2,6
2,2	Transferências correntes	26 919,6	32 416,0	40 473,8	50,4	124,9	3,1
3,1	Outras Despesas Correntes	39 107,6	22 625,0	36 466,7	-6,8	161,2	2,8
2,4	Juros da Dívida	29 212,2	31 500,0	36 064,1	23,5	114,5	2,7
0,8	Despesas à Regularizar	10 489,3	0,0	0,0	-100,0	0,0	0,0
6,3	Despesas de Capital	77 740,0	89 326,0	71 045,8	-8,6	79,5	5,4
1,1	Financiado com recursos internos	14 139,2	63 287,0	13 564,9	-4,1	21,4	1,0
5,1	Financiado com recursos externos	63 600,8	26 039,0	57 480,9	-9,6	220,7	4,4

Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Em 2024, as despesas totais realizadas foram de 282.667,0 milhões de FCFA contra 273.408,9 milhões de FCFA no mesmo período de 2023, ou seja, um aumento de 3,4%, explicada principalmente pelo aumento das despesas correntes em 14,3%.

As rubricas das despesas correntes se aumentaram significativamente, nas despesas com as transferências (50,4%), na aquisição de bens e serviços (35,0%), nos juros da dívida pública (em 23,5%) e nas despesas com pessoal (0,1%), apesar das diminuições verificadas em outras despesas correntes (em 6,8%).

No que concerne as despesas de capital diminuíram em 8,6% no período em análise, esta diminuição é explicada essencialmente pela queda do financiamento com os recursos externos em 9,6%. Os desembolsos aos projetos registaram-se uma diminuição de 11,1% no mesmo período em análise, baixando o montante para 24.920,4 milhões de FCFA em 2024, principalmente concedidos por doadores como o Banco Mundial (IDA), Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) e Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID).

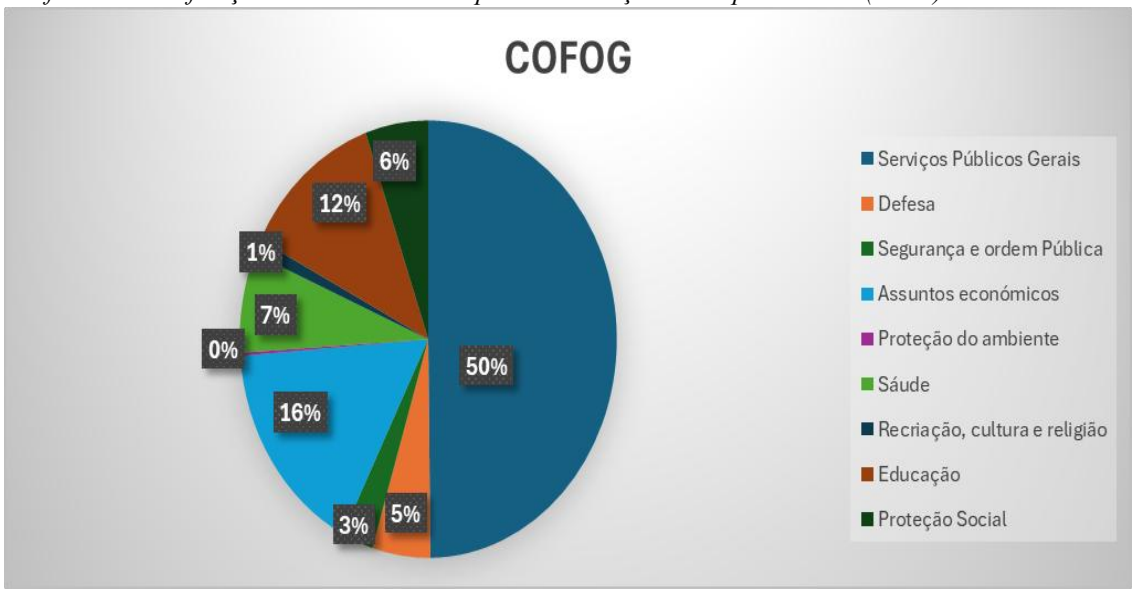
Em relação aos donativos concedidos em 2024 por parceiros multilaterais e bilaterais, houve um aumento significativo de 42,2% em relação ao ano anterior.

2.2 Análise por Classificação Funcional

Neste subcapítulo, a análise se concentra em destacar as principais áreas funcionais de actuação do governo, levando em consideração também o Produto Interno Bruto nominal (PIBn), conforme ilustrado no Gráfico 3.

Em 2024, as despesas totais programadas no OGE_2024 para as atividades governamentais foram de 267.018,0 milhões de FCFA, com uma execução de 282.667,0 milhões de FCFA, representando um aumento na taxa de execução de 105,9%.

Gráfico 3: Classificação Funcional das Despesas em relação as despesas totais (em %)



Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

De acordo com o Gráfico 3, os serviços públicos gerais totalizam 140.831,5 milhões de FCFA, equivalente a 49,8% dos gastos totais.

Os gastos realizados na função das defesas totalizam 14.080,4 milhões de FCFA, correspondendo a 4,9% dos gastos totais.

Nas funções de segurança e ordem pública, assuntos económicos, proteção do ambiente, cultura e proteção social, os gastos do governo foram de 7.607,9 milhões de FCFA, representando 2,7% em relação aos gastos totais, 46.016,1 milhões de FCFA, representando 16,3% em relação aos gastos totais, 629,8 milhões de FCFA, representando 0,2% em relação aos gastos totais, 3.127,4 milhões de FCFA, representando 1,1% em relação aos gastos totais e 15.246,9 milhões de FCFA, representando 5,4% em relação aos gastos totais respetivamente.

Por último, nas funções de saúde os gastos foram de 20.890,8 milhões de FCFA, correspondendo a 7,4% dos gastos totais. Enquanto que os gastos da educação foram de 34.236,2 milhões de FCFA equivalente 12,1% do PIB.

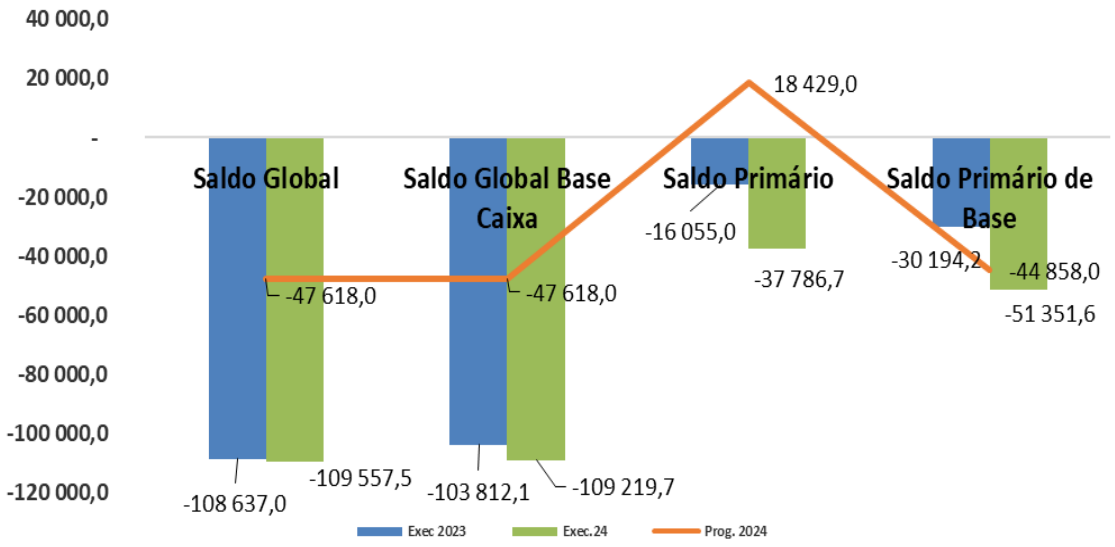
3. SALDO ORÇAMENTAL E AJUSTAMENTO BASE CAIXA

O presente capítulo apresenta a execução dos principais saldos e ajustamento base caixa do ano 2024.

5.1 Saldo Orçamental

Neste subcapítulo, são apresentados os principais saldos orçamentais, que representam as diferenças entre as receitas totais e as despesas totais, que referem o saldo global, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4: Execução dos Principais Saldos



Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Em 2024, o saldo global teve um défice de 109.557,5 milhões de FCFA contra 108.637,0 milhões de FCFA no mesmo período de 2023, representando um ligeiro agravamento de 0,8%.

O saldo primário apresentou um défice de 37.786,7 milhões de FCFA em relação 16.055,0 milhões de FCFA registado em 2023, representando um agravamento de mais de que 100%.

O saldo global base caixa apresentou um défice de 109.219,7 milhões de FCFA no período em análise contra 103.812,1 milhões de FCFA de 2023, representando um agravamento de 5,2%.

3.2 Ajustamento Base Caixa

Neste item, tratou-se dos ajustes realizados no saldo global em 2024.

Quadro 3: *Ajustamento base caixa*

PIBn 2022	Quadro de Ajustamento Base Caixa do ano 2023 (em milhões FCFA)						PIBn 2023
1 115 339	DESIGNAÇÃO	Exec 2022	Prog. 2023	Exec. 2023	V.H.	Tx Exec.	1 198 850
0,2	**AJUSTAMENTO BASE CAIXA**	**1 728,2**	**0,0**	**-2 004,2**	**-216,0**	**0,0**	**-0,2**
0,3	Acumulação (resto a pagar)	3 558,9	0,0	5 516,8	55,0	0,0	0,5
-0,2	Pagamentos anos anteriores	-1 851,1	0,0	-8 217,2	343,93	0,0	-0,7
0,0	Variação da taxa de divida externa	20,4	0,0	696,2	304,9	0,0	0,1
-6,4	Saldo Global Base Caixa	-71 645,3	-39 364,8	-121 343,8	69,4	308,3	-10,1

Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Conforme o Quadro 3, os ajustamentos base caixa em 2024 apresentaram um pagamento líquido de 337,8 milhões de FCFA contra 4.824,9 milhões de FCFA efetuado em 2023.

O montante do resto a pagar acumulado foi de 6.572,5 milhões de FCFA em 2024 contra 5.516,8 milhões de FCFA em 2023.

Em relação aos pagamentos dos anos anteriores efetuados no exercício de 2024 foram de 5.862,7 milhões de FCFA contra 1.388,1 milhões de FCFA de 2023.

A variação líquida de juro da dívida externa em 2024 foi de 371,9 milhões de FCFA contra os 696,2 milhões de FCFA registado em 2023, representando uma diminuição significativamente em relação aos atrasados de pagamento de juros da dívida pública externa.

4. FINANCIAMENTO

Neste capítulo, são analisadas o mecanismo pelo qual o Estado financia o défice orçamental. Assim, o Quadro 4 resume as informações sobre o financiamento interno e externo de 2024.

O governo da Guiné-Bissau, para o financiamento do défice orçamental, normalmente recorre a alguns métodos tradicionais de financiamento interno e externo.

A nível interno, o governo tem captado recursos financeiros por meio dos empréstimos directos junto dos bancos comerciais e pela emissão de bilhetes e obrigações do Tesouro Público.

A nível externo, o governo recorre aos credores Multilaterais e Bilaterais para financiar os projectos de desenvolvimento. Estas e outras formas, representam de certa forma, alternativas para o financiamento das despesas públicas de 2024.

Quadro 4: *Financiamento Interno e Externo*

PIBn 2023	Quadro de Financiamento do ano 2024 (em milhões FCFA)						PIBn 2024
1 242 470	DESIGNAÇÃO	Exec 2023	Prog. 2024	Exec. 2024	V.H.	Tx Exec.	1 320 100
8,3	**FINANCIAMENTO**	**103 662,3**	**47 618,0**	**115 780,9**	**11,7**	**243,1**	**8,8**
6,2	Financiamento Interno	77 039,5	68 574,0	98 301,2	27,6	143,4	7,4
8,4	Financiamento Bancário	103 996,4	68 574,0	98 301,2	-5,5	143,4	7,4
0,8	Banco Central	10 051,9	13 800,0	-5 659,3	-156,3	-41,0	-0,4
7,6	Bancos Comerciais	93 944,4	54 774,0	103 960,5	10,7	189,8	7,9
0,0	Dos quais:	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5,6	Var. Emissão dos titulos	69 909,5	52 146,0	85 412,0	22,2	163,8	6,5
-2,2	Financiamento não Bancário	-26 956,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2,1	Financiamento Externo	26 622,8	-20 956,0	17 479,7	-34,3	-83,4	1,3
3,1	Financiamento aos Projectos	38 741,3	24 100,0	24 920,4	-35,7	103,4	1,9
-1,0	Amortizção e variação divia externa	-12 118,5	-45 056,0	-7 440,7	-38,6	16,5	-0,6
0,0	**GAP**	**-149,8**	**0,0**	**6 561,3**	**-4 478,7**	**0,0**	**0,5**

Fonte: DGPEE/MF/TOFE, 2024

Conforme ilustrado no Quadro 4, o total de financiamento do ano 2024 foi de 115.780,9 milhões de FCFA, representando um aumento de 11,7% em relação ao período homólogo de 2023, justificado essencialmente pelo financiamento interno.

O financiamento interno foram de 98.301,2 milhões de FCFA contra 77.039,5 milhões de FCFA em 2023, ou seja uma variação homóloga de 27,6%. O aumento registado foi justificado essencialmente pela emissão de títulos do Tesouro.

Em relação ao financiamento externo (financiamento aos projetos, aos programas, às amortizações correntes exigíveis e a variação líquida de atrasados de pagamento), num total de 17.479.7 milhões de FCFA em 2024 contra 26.622,8 milhões de FCFA em 2023, ou seja uma diminuição de 34,3%, justificada pela redução nos desembolsos aos projetos em 35,7% no mesmo período em análise.

5. DÍVIDA PÚBLICA

Neste capítulo, são analisados o estoque da dívida, os desembolsos e os pagamentos realizados ao longo do ano de 2023.

5.1 Estoque da Dívida Pública

Os dados apresentados nos quadros 5 e 6, tratam o estoque da dívida interna e externa do ano de 2024.

Quadro 5: Estoque da Dívida Externa (em milhões de Francos CFA)

	31/12/2023	31/12/2024
Multilateral	367 033,2	405 529,5
Bilateral	64 704,9	66 552,1
Exim-bank India	13 313,4	13 065,1
TOTAL 1	**445 051,4**	**485 146,8**

Quadro 6: Estoque da Dívida Interna (em milhões de Francos CFA)

	31/12/2023	31/12/2024
BOAD - direito de adesão	13 179,8	12 630,7
BCEAO	94 632,8	94 632,8
Banco Comerciais	41 948,7	52 644,4
Obrigações & Bilhetes de Tesouro	321 303,6	406 714,1
Outras Dividas internas	92 419,3	92 419,3
TOTAL 2	**563 484,2**	**659 041,4**
TOTAL GERAL (1+2)	**1 008 535,7**	**1 144 188,1**

Fonte: DGDP/MF, 2024

De acordo com os quadros 5 e 6, o estoque da dívida pública em 2024 atingiu 1.144.188,1 milhões de FCFA contra 1.008.535,7 milhões de FCFA em 2023, representando um aumento de 13,5% correspondente a 86,7% do PIB.

Em relação ao estoque da dívida interna e externa aumentaram em 9,0% e 17,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

5.2 Desembolsos e Pagamentos

5.2.1 Desembolsos

O Quadro 7 mostra o desembolso da dívida externa de 2024 de acordo com os credores e os respectivos montantes desembolsados no período em análise.

Quadro 7: *Desembolso da dívida por credores (em milhões Francos CFA)*

ORGANISMO	2023	2024
	jan. a dez.	jan. a dez.
	CAPITAL	CAPITAL
IDA	18 773 832,3	10 801 690,4
BID	1 324 415,6	825 718,6
BOAD	4 066 933,8	8 707 819,4
FAD	2 167 192,9	3 273 539,0
BAD	453 890,0	
FIDA	1 249 744,9	1 311 653,6
TOTAL GERAL	**28 036 009,5**	**24 920 421,0**

Fonte: DGDP/MF, 2024

Os desembolsos aos projectos de desenvolvimento totalizaram 24.920,4 milhões de FCFA em 2024 contra 28.036,0 milhões de FCFA em 2023, representando uma diminuição de 11,1%. Estes montantes desembolsados foram destinados a apoiar a implementação de diversos projectos de desenvolvimento, conforme detalhado abaixo:

- Banco Mundial (BM/IDA) desembolsou 10.801.7 milhões de FCFA, destinados principalmente aos seguintes projetos: Projeto de Urgência para Melhoria dos Serviços de Água e Eletricidade (PUASEE), Projeto Regional de Acesso à Eletricidade (PRAE-GB), Projeto de Interconexão da OMVG, Projeto de Apoio à Implementação do Programa Regional de Reforço da Vigilância Epidemiológica das Doenças (REDISSE II) e Projeto de Transporte Rural.

- Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) concedeu 8.707.8 milhões de FCFA ao Projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA) nas Regiões de Biombo, Gabu e Tombali, Projeto de Promoção da Rizicultura para Jovens (PPRFJ), Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar na Guiné-Bissau (PAIPV), Projeto de Reforço das Capacidades de Produção de Energia Elétrica através de uma Central Térmica, entre outros.

- Banco Africano de Desenvolvimento, através do Fundo Africano de Desenvolvimento (BAD/FAD), desembolsou 3.273,5 milhões de FCFA para projetos como o Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Distribuição e Melhoria dos Serviços de Eletricidade na Cidade de Bissau (PDSDE), Projeto de Apoio às Cadeias de Valor e ao Empresariado Agrícola e Rural (PACVEAR), Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Valor do Arroz nas Regiões de Bafatá e Oio (PDCVA-Arroz) e Projeto de Apoio à Autonomização e Inclusão Financeira de Mulheres e Jovens nas Fileiras de Caju, Frutas e Legumes, entre outros.

- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) desembolsou 1.311,7 milhões de FCFA para o projeto de diversificação agrícola e mercado integrado nutricionista e resiliente climático (REDE).

- Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), desembolsou 825.7 milhões de FCFA para o projeto de alimentação e apoio ao desenvolvimento de sistema de ensino professional.

5.2.2 Pagamentos de Serviço da Dívida Pública

Nesta secção, são explicados os pagamentos da dívida pública durante o ano 2024, conforme apresentado no Quadro 8.

O montante total dos pagamentos do serviço da dívida externa foi de 9.566,1 milhões de FCFA em 2024 face a 15.874.,3 milhões de FCFA de 2023. Desse montante, 7.440,7 milhões de FCFA foram utilizados para amortizações do capital no ano de 2024 contra 12.118,5 milhões de FCFA de 2023. Além disso, os juros correntes totalizaram 2.125,4 milhões de FCFA em 2024 contra 4.059,5 milhões de FCFA em 2023.

Quadro 8: *Pagamento das Dívidas Públicas Externas*

Quadro de pagamento das Dívidas Efetuado do ano 2024 (em milhões de FCFA)						
	2023			2024		
ORGANISMO	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Ano Corrente	**12 118,5**	**4 059,5**	**15 874,3**	**5 787,5**	**1 753,5**	**7 541,1**
B A D	9,7	27,7	**37,4**	11,8	14,2	**26,0**
B A D E A	172,4		**172,4**	165,7		**165,7**
B I D	212,5	36,2	**248,6**	265,4	115,9	**381,4**
B O A D	8 493,4	2 367,7	**10 861,2**			**0,0**
BANCO MUNDIAL- IDA	1 228,9	883,8	**2 112,7**	2 875,7	756,9	**3 632,6**
BIDC(CEDEAO)	56,8	8,6	**65,4**	113,2	16,0	**129,1**
EXIM-BANK-INDIA	879,6	260,1	**1 139,7**	865,2	232,4	**1 097,6**
EXIM BANK TAIWAN	297,9	5,7				
FAD	154,9	130,3	**285,2**	440,8	258,8	**699,7**
FIDA		45,4	**45,4**		70,4	**70,4**
KUWAIT FOUND		96,1	**96,1**		84,8	**84,8**
LIBYE	175,1	31,9	**206,9**	353,5	50,3	**403,8**
ESPAGNE	312,8		**312,8**	368,4		**368,4**
OPEC	124,5	51,6	**176,1**	327,8	42,8	**370,6**
SAUDI FOUND		114,3	**114,3**		110,9	**110,9**
Anos Anteriores	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**1 653,2**	**371,9**	**2 025,0**
BOAD			**0,0**	1 478,2	341,6	**1 819,9**
FAD			**0,0**			**0,0**
LIBYE			**0,0**	174,9	30,2	**205,2**
TOTAL GERAL	**12 118,5**	**4 059,5**	**15 874,3**	**7 440,7**	**2 125,4**	**9 566,1**

Fonte: DGDP/MF, 2024

6. PACTO DE CONVERGÊNCIA DA UEMOA

Os indicadores do Pacto de Convergência, estabelecidos pela Conferência dos Chefes de Estados e de Governos da UEMOA em 2015, foram temporariamente suspensos em 21 de Janeiro de 2021 para evitar possíveis incumprimentos devido à crise sanitária. Da mesma forma, em 19 de Junho de 2021, a Conferência dos Chefes de Estados da CEDEAO adoptou um novo roteiro para o Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica para o período de 2022 a 2026.

Portanto, o Quadro 9 apresenta resumidamente alguns dos critérios de convergência a serem observados pelos Estados membros.

Quadro 9: C*ritérios de Convergência*

INDICADORES	Anual	Janeiro a Dezembro	
	Norma	2023	2024
Critérios de Primeira Ordem			
Saldo Orçamental global incluindo dor	≥ -3%	-10,1	-8,3
Taxa de Inflação média anual	≤ 3%	7,2	3,7
Dívida Pública total/ PIB[1]	≤ 70%	84,4	86,7
Critérios de Segunda Ordem			
Massa Salarial /Receitas Fiscais	≤ 35%	54,1	54,2
Taxa de Pressão Fiscal	≥ 20%	9,1	8,3

Fonte: DGPEE/MF, 2024

De acordo com o quadro 9, há dois critérios (da primeira e da segunda ordem) utilizados para avaliar o desempenho dos Estados membros anualmente.

Critérios da primeira ordem

No ano de 2024, os indicadores do critério da primeira ordem apresentaram os seguintes resultados:

- O rácio do saldo global em relação ao PIB foi de -8,3%;
- Taxa de inflação média anual foi de 3,7%;
- Rácio da dívida pública em relação ao PIB foi de 86,7%.

Critérios da segunda ordem

Os indicadores da segunda ordem revelaram os seguintes resultados:

- Rácio da massa salarial em relação às receitas fiscais alcançou 54,2%;
- Taxa de pressão fiscal foi de 8,3%.

7. CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÃO E PERSPETIVAS

7.1 Conclusão e Recomendação

O ano 2024 foi marcado pela dificuldade na arrecadação de receitas. A previsão foi de 219.400,0 milhões de FCFA, porém foi cobrada somente 173.109,5 milhões de FCFA efectivamente, representando uma taxa de execução de 78,9%. Em comparação com 2023, houve um aumento de 5,1%.

O ano 2024 foi marcado pela forte pressão na gestão das finanças públicas que culminou com um aumento nas despesas públicas, tendo uma previsão anual de 267.018,0 milhões de FCFA e a execução de 282.667,0 milhões de FCFA, representando uma taxa de execução de 105,9%. Em comparação com o ano 2023, houve um aumento de 3,4% na realização das despesas. Essa situação da pressão na gestão das finanças públicas acabou por agravar o saldo global em relação ao PIB.

Em relação ao financiamento do défice orçamental, este foi assegurado em parte pelo financiamento interno, sobretudo, bancário através do crédito directo e das emissões de bilhetes e obrigações do Tesouro e pelo financiamento externo através dos desembolsos destinados a projectos de desenvolvimento. A nível do estoque da dívida pública, constatou-se um aumento na divida pública interna e externa, com maior impacto na divida publica interna.

Julga-se fundamental que o país desenvolva acções e estratégias capazes de promover e potencializar o processo do desenvolvimento e de gestão dos recursos públicos destinados a financiar os projectos do desenvolvimento que impactam positivamente na vida da população e da comunidade em geral.

É importante sublinhar que o objectivo principal visa a uma boa governação económica que pressupõe a melhoria de condições laborais, o reforço de capacidade dos técnicos, controlo interno e externo, responsabilização dos atores públicos, coordenação e seguimento das actividades junto das instituições públicas.

7.2 Perspetivas

As perspetivas económicas são encorajadoras, o governo pretende reforçar o controlo e seguimento interno das atividades económicas, da fiscalidade, tomando medidas de políticas económicas coerentes, eficazes e eficientes, através das reformas económicas, mobilizando recursos de forma suficiente através de ações concretas com as administrações fiscais com vista ao aumento das receitas internas e a redução do nível do impacto do défice orçamental e do agravamento da dívida pública.

Melhorar a gestão orçamental e a política das despesas.

A curto prazo, as dificuldades permanecem, elevado défice orçamental, inflação, dívida pública, massa salarial e a taxa da pressão fiscal baixa.

O médio e longo prazo, o desafio é melhorar e fortalecer o quadro dos indicadores macroeconômicos com intuito a ter a maior confiança e credibilidade dos parceiros e investidores quer a nível interno e externo, assegurar a estabilidade macroeconômica e criar premissas para o progresso econômico e social.

Criar condições objetivas e favoráveis as instituições, através da paz durável capaz de condicionar um aumento de investimento na economia.

Melhorar o ambiente de negócio e do sector privado.